

**Metrobus  
Transporte Coletivo SA**

**Demonstrações contábeis de acordo com as  
práticas contábeis adotadas no Brasil  
em 31 de dezembro de 2025**

## **Metrobus Transporte Coletivo S/A**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### **1 Informações gerais**

A Metrobus Transporte Coletivo S.A. Constituída em 29 de dezembro de 1997, é uma empresa de economia mista, que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no município de Goiânia, mediante contrato de concessão.

Em 20 de abril de 2011, foi celebrado entre a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC e a Metrobus Transporte Coletivo S.A, novo contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros correspondente ao lote nº 01 do sistema integrado de transporte da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (SIT-RMTC). O prazo do referido contrato é de 20 anos contados da data de sua assinatura.

Em 06 de agosto de 2014, foi celebrado entre as Empresas Metrobus Transporte Coletivo S.A., Rápido Araguaia Ltda., Viação Reunida Ltda., Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, com interveniência do Consórcio da Rede Metropolitana de Transporte Coletivos da Grande Goiânia- Consórcio RMTC, e Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia – Setransp, instrumento de Acordo Operacional “Subsistema Anhanguera,” para extensão dos serviços da linha estrutural do Eixo Anhanguera, pela Metrobus Transporte Coletivo S.A., alcançando o perímetro urbano dos municípios de Trindade, Goianira, e Senador Canedo. O prazo de vigência do referido acordo é de mesmo período de vigência do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros mencionado no parágrafo precedente, e o rateio da receita tarifária do Subsistema Anhanguera previsto no item 8.4 do Acordo Operacional será na mesma proporção do quantitativo de alocação de frota para prestação dos serviços; 75,00 % para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 12,50% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 10,38 % para a Empresa Viação Reunidas Ltda., e 2,12 % para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás.

Em 14 de outubro de 2014, a Carta Conjunta nº EA-009/2014, suspende o critério de rateio definido no item 8.4 do Acordo Operacional de 06 de agosto de 2014, e institui a novo critério de rateio que passa a ser com base na receita média de cada concessionária, calculada com base nos últimos 06 meses, obedecendo aos seguintes percentuais, 47,30 % para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 26,35 % para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 14,12 % para a Empresa Viação Reunidas Ltda., 8,50 % para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, e 3,73 % para a Empresa HP Transportes Ltda.

Em janeiro de 2016, a Companhia passou a integrar ao Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos –Redemob para de forma conjunta e compartilhada a: i) prestar os serviços de provimento, manutenção e operação de uma central de controle operacional, ii) prestar serviços de provimento manutenção e operação dos serviços de informação metropolitano, e iii) prestar serviços administração, operação, manutenção, limpeza, segurança e exploração comercial dos terminais de integração. Em 2018 a Companhia participou com os seguintes percentuais sobre as receitas e despesas geradas pelo Consórcio: i) 27,31 % (janeiro a agosto), 26,02 % (setembro a novembro) e 7 % (dezembro). Conforme proposta de Deliberação nº 04/2018 de 19/10/2018 da RedeMob Consorcio, a partir de dezembro 2018 o modelo de rateio de despesas de “custeio do consorcio” foi alterado pelo modelo de custeio consolidado do Sitpass e Consorcio no percentual de 15 % ( Sitpass 8 % e consorcio 7 %) sobre o montante da receita operacional bruta de cada concessionária

## **Metrobus Transporte Coletivo S/A**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

RMTC, vinculada a RedMob Consorcio. A partir de 2020, conforme Proposta de Deliberação (PD)N°006/2019 da RedeMob Consórcio ficou deliberado o custeio de 14 % (Sitpass 8 % e consórcio 6 %), sobre valor atribuído a Metrobus do SMA.

No decorrer do exercício de 2024, com a assinatura entre a CMTC (Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo), o SET (Sindicato das Empresas), a Redemob Consórcio e as concessionárias, do 2º Termo Aditivo ao acordo do SMA, que institui também o SMB (Sistema BRT – Operação conjunta entre as concessionárias), a estatal Metrobus, na partição de receitas, passou a receber o percentual de 31,9711% e não mais os 50 % das linhas interáreas.

Em 2025, a Metrobus celebrou termo aditivo com o Consórcio BRT para a cessão de uso não onerosa de ônibus elétricos. O Consórcio, constituído pela Metrobus e demais concessionárias de transporte coletivo, foi instituído no âmbito da Nova RMTC, em conformidade com a Lei Complementar nº 169/2021 e a Deliberação CDTC nº 01/2022.

O Consórcio BRT é responsável pela manutenção dos veículos, abrangendo serviços preditivos, preventivos e corretivos, bem como pelo fornecimento de energia elétrica aos ônibus cedidos, cuja restituição integral seria objeto de posterior ressarcimento pela Metrobus.

Para manutenção das atividades da companhia o acionista majoritário “Governo do Estado de Goiás” através da Lei de Subvenção 20.733 de 17 de janeiro de 2020, e alterada pela Lei 20.818 de 27 de julho de 2020, aprovou para a Metrobus o montante de R\$ 18.700.000,00, (Dezoito milhões e setecentos mil reais),. As subvenções econômicas autorizadas destinar-se-ão para a cobertura dos *déficit* de manutenção das estatais mencionadas, consoante art. 18 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Conforme valor aprovado de subvenção, e por conta da pandemia a empresa recebeu durante o ano de 2020 do acionista Estado de Goiás o montante de R\$ 17.400.000, (Dezessete Milhões e Quatrocentos Mil Reais).

Em 2021 a Companhia recebeu R\$ 39.772.822,54 (Trinta e Nove milhões Setecentos e Setenta e Dois Mil, Oitocentos e Vinte e Dois Reais e Cinquenta e Quatro Centavos).

Em 2022 a Companhia recebeu R\$ 38.067.445,15 (Trinta e Oito Milhões, Sessenta e Sete Mil, Quatrocentos e Quarenta e Cinco Reais e Quinze Centavos).

Em 2023 a Companhia recebeu R\$ 42.534.334,67 (Quarenta e Dois Milhões, Quinhentos Trinta Quatro Mil, Trezentos e Trinta e Quatro Reais e Sessenta e Sete Centavos), conforme e Lei Complementar 121/2015 (CONTA CUTE - CONTA ÚNICA DO TESOIRO ESTADUAL), a Estatal devolveu ao caixa do Estadual por força da Lei o montante de R\$ 18.583.316,04 (Dezoito Milhões Quinhentos e Oitenta e Três Mil, e Trezentos e Dezesseis Reais e Quatro Centavos, ficando o valor líquido no exercício de R\$ 23.951.018,63 (Vinte e Três Milhões, Novecentos e Cinquenta e Um Mil, Dezoito Reais e Sessenta e Três Centavos).

Em 2024 a Companhia recebeu R\$ 84.446.717,30 (Oitenta e Quatro Milhões, Quatrocentos e Quarenta e Seis Mil, Setecentos e Dezessete Reais e Trinta Centavos) conforme e Lei Complementar 121/2015 (CONTA CUTE - CONTA ÚNICA DO TESOIRO ESTADUAL).

## **Metrobus Transporte Coletivo S/A**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Em 2025 a Companhia recebeu R\$ 86.207.617,92 (Oitenta e Seis Milhões, Duzentos e Sete Mil, Seiscentos e Dezessete Reais e Noventa e Dois Centavos) conforme e Lei Complementar 121/2015 (CONTA CUTE - CONTA ÚNICA DO TESOIRO ESTADUAL), sendo esse montante para cobrir as despesas no custeio da Estatal Metrobus, bem como para a folha de pagamento mensal dos funcionários cedidos a outros órgãos do Estado.

### **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### **2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros, que quando aplicável, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 4 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

Nota Explicativa nº 9 - Vida útil do imobilizado.

Nota Explicativa nº 14 - Provisão para contingências riscos cíveis e trabalhistas.

As demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S/A foram aprovadas pela Administração em 30/03/2026, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento de 31 de dezembro de 2025.

### **Demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá suprir a deficiência de capital de giro e obter, com base em uma expectativa razoável, a reestruturação operacional, administrativa e financeira da Companhia.

## **Metrobus Transporte Coletivo S/A**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### **Pronunciamentos novos e revisados**

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC's/IFRS vigentes que poderiam determinar um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

#### **2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa e depósitos bancários.

#### **2.3 Ativos financeiros**

##### **2.3.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

##### **(a) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses, e após a data do balanço são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem: contas a receber, demais a receber, caixa e equivalentes de caixa.

##### **2.3.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. E os custos das transações são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa de investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo a amortizado, usando o método a taxa efetiva de juros.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo, de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Na data base dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação das normas contábeis.

Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

## **Metrobus Transporte Coletivo S/A**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### **2.4 Contas a receber**

As contas a receber são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

### **2.5 Estoques**

Os estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa.

### **2.6 Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico da aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas oficiais.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e incluídos no resultado.

A média de vida útil do principal ativo imobilizado da Companhia, "Frota de Ônibus", é de 12 anos, da mesma forma, a média de vida útil é mencionada no Contrato de Concessão, para substituição do ativo.

### **2.7 Intangíveis**

#### **Programas de computador (softwares)**

de Licenças adquiridas de programas de computador e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada 5 anos.

### **2.8 Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No mínimo anualmente ou quando há indicativos de redução do valor recuperável de ativos, a Companhia elabora estimativa dos valores em uso das unidades geradoras de caixa e/ou dos valores justos líquidos de despesas de vendas. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

## **Metrobus Transporte Coletivo S/A**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### **2.9 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo-não -circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado como uso do método de taxa efetiva de juros.

### **2.10 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC25.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

### **2.11 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida, já deduzida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração as especificidades de suas operações.

#### **Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado a taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, a medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

### **2.12 Contrato de concessão**

Pela concessão dos serviços correspondentes ao lote nº 01 Linha Eixo Anhanguera da Rede Metropolitana de Goiânia (RMG), contrato nº 001/2011, a companhia "Cessionária" pagará mensalmente a CMTG, a título de Parcela do Poder Concedente – PPC o valor correspondente a 2 % (dois por cento) da sua receita operacional bruta arrecadada da cobrança das tarifas.

## Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 3 – Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	5.731	5.148
	<u>5.731</u>	<u>5.148</u>

Correspondem aos saldos provenientes dos recebimentos diários das receitas registradas na movimentação bancária. Em razão da adesão da empresa à Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), a partir de 01/05/2023, o montante maior passou a refletir os saldos de DDRs (Disponibilidade Direta de Recursos) vinculados à estatal Metrobus.

### 4 – Contas a Receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Perdas estimadas créditos duvidosos	(3.621)	(3.472)
Outras contas a receber	11.696	9.861
Contas a Receber CUTE/Tarifa Técnica	8.823	6.376
	<u>16.898</u>	<u>12.765</u>

A companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

O saldo de R\$ 3.621 Mil, é composto por valores decorrentes de créditos devidos por empresas prestadoras de serviços, em que a companhia foi responsável solidaria em débitos trabalhistas, em decorrência de ações movidas contra estas empresas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, com base na análise individual de cada devedor, realizou registros contábil de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, que não tinha perspectiva de recebimento a mais de 24 meses.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Metrobus Transporte Coletivo S.A. tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, neste seguimento a receita da prestação de serviços é reconhecida diariamente.

Contas a receber da CUTE (Conta Única do Tesouro Estadual) incluem valores em trânsito, ou seja, os DAREs (Documentos de Arrecadação) emitidos e quitados, mas ainda não transferidos pelo Tesouro Estadual para a conta CUTE, e a tarifa técnica complementar dos entes (Estado de Goiás, Prefeituras de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Goianira), que somam o montante acumulado em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 8075 mil.

## **Metrobus Transporte Coletivo S/A**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Correspondem aos valores a receber decorrentes do Plano de Socorro Emergencial – COVID-19, firmados junto à Prefeitura de Senador Canedo, cujo montante foi objeto de acordo judicial para pagamento parcelado até o exercício de 2026.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a receber totaliza R\$ 716 mil.

Adicionalmente, incluem-se os valores a receber de permissionários, no montante de R\$ 748 mil, correspondentes a créditos relativos ao mês de dezembro de 2025, bem como a períodos anteriores, incluindo valores objeto de parcelamento.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	(3.621)	(3.472)
Saldo final	<u>(3.621)</u>	<u>(3.472)</u>

#### **5 - Estoques**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bens de Consumo – Operadora	5.134	7.597
Bens de Consumo Administração	<u>156</u>	<u>453</u>
	<b>5.290</b>	<b>8.050</b>

Os estoques são avaliados e demonstrados ao Custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição, o custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa, reposição de estoque para manutenções preventivas e corretivas.

#### **6 – Adiantamentos**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Férias	459	540
Outros	<u>11</u>	<u>1</u>
	<b>470</b>	<b>541</b>

Correspondem a valores adiantados a fornecedores, bem como a despesas antecipadas, tais como prêmios de seguros e férias de empregados da Metrobus, incluindo aqueles colocados à disposição (cedidos), regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Adicionalmente, o grupo “Outros” refere-se a pagamentos antecipados de seguros e a fornecedores.

## Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 7 – Impostos e contribuições a recuperar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Impostos a recuperar	405	293
	<u>467</u>	<u>293</u>

O saldo remanescente de impostos a recuperar refere-se, principalmente, aos valores retidos no âmbito do PLE (Passe Livre Estudantil) e às operações de venda de vale-transporte a órgãos públicos.

Adicionalmente, compreende créditos tributários de PIS, COFINS e INSS, decorrentes de valores recolhidos a maior, os quais serão objeto de compensação no exercício de 2026.

### 8– Depósitos judiciais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depósitos Judiciais	1.974	2.961
	<u>1.974</u>	<u>2.961</u>

Os referidos depósitos estão vinculados a processos trabalhistas e cíveis movidos contra a Companhia. A redução do saldo dessa rubrica ao longo do exercício de 2025 decorre, principalmente, das negociações e acordos judiciais firmados no período.

### 9 – Imobilizado

Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de caixa da Companhia.

## Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do imobilizado em 2025 é demonstrada a seguir:

Em Reais Mil

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação	Saldo em 31/12/2025	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
<b>Imobilizado</b>		<b>14.359</b>	<b>8.036</b>	<b>9.194</b>	<b>15.517</b>
<b>Imobilizado Operadora</b>		<b>96.197</b>	<b>1.622</b>	<b>6.759</b>	<b>101.334</b>
<b>Operadora</b>		<b>96.197</b>	<b>1.622</b>	<b>6.759</b>	<b>101.334</b>
Equipamentos/Instalações		1.694	477	317	1.534
Moveis e Utensílios		705	180	50	575
Edificações		593	-	-	593
Terrenos		442	-	-	442
Veículos de Apoio		242	-	-	242
Frota de Ônibus		270	-	-	270
Software - Programas		313		6	34
Edificações em Andamento - ASSETUG		509	285	-	-
Edificações em Andamento - SEDE		172	509	-	-
Frota de Ônibus Novos		90.538	172	6.386	96.925
Benfeitoria		719	-	-	719
Moveis e Utensílios ADM		-	-	-	-
<b>Depreciação Acumulada</b>		<b>- 87.087</b>	<b>6.294</b>	<b>2.233</b>	<b>- 91.148</b>
Equipamentos/Instalações		- 855	309	225	- 939
Moveis e Utensílios	10% a 40%	- 257	50	40	- 267
Edificações	4%	- 371	-	24	- 348
Veículos de Apoio	7% a 20%	- 242	-	-	- 242
Frota de Ônibus	8% a 25%	- 270	-	-	- 270
Software - Programas		- 28	6	-	- 34
Frota de Ônibus Novos		- 84.678	5.930	1.915	- 88.693
Benfeitoria em Propriedade de Terceiros		- 385	-	30	- 355
<b>Reavaliação</b>		<b>7.862</b>	<b>-</b>	<b>119</b>	<b>7.981</b>
Equipamentos/Instalações		47	-	80	127
Moveis e Utensílios		18	-	5	23
Edificações		2.612	-	-	2.612
Terrenos		4.375	-	-	4.375
Veículos de Apoio		99	-	-	99
Frota de Ônibus		710	-	35	745
Software - Programas		-	-	-	-
<b>Depreciação</b>		<b>- 2.613</b>	<b>119</b>	<b>83</b>	<b>- 2.649</b>
Equipamentos/Instalações		- 47	80	-	- 127
Moveis e Utensílios		- 18	5	-	- 23
Edificações		- 1.738	-	83	- 1.655
Veículos de Apoio		- 99	-	-	- 99
Frota de Ônibus		- 710	35	-	- 745
Software - Programas		-	-	-	-

## Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia monitora os aspectos estabelecidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, avaliando o valor recuperável de seus ativos sempre que identificados indícios de que o valor contábil possa exceder o valor recuperável estimado, reconhecendo provisão para perda por desvalorização, quando aplicável.

Na data de encerramento das demonstrações contábeis, a Administração concluiu não haver indícios de que os ativos tangíveis tenham sofrido valorização, uma vez que não foram identificados fatores que indiquem perda no valor recuperável.

Durante o exercício de 2026, a Companhia iniciou o processo de substituição da maior parte de sua frota por veículos elétricos e a biometano, como parte de seu plano de modernização e sustentabilidade.

Considerando o cronograma de substituição, os veículos a combustão remanescentes possuem vida útil limitada e têm expectativa de geração de benefícios econômicos futuros inferior ao valor contábil registrado. Dessa forma, a Companhia entende que o valor contábil desses ativos não será totalmente recuperável, devendo ser baixado ou alienado ao longo do processo de renovação da frota. A perda estimada será reconhecida no momento da baixa ou venda/alienação dos ativos, refletindo a diferença entre o valor contábil e o valor de realização.

Conforme o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia adotou a INSTRUÇÃO TÉCNICA CONCLUSIVA Nº 65/2025 - SERVFISC-GESTORES do TCE, onde nas páginas 22 e 23, manifesta que o teste de *impairment* não é obrigatório a sua realização apenas para as sociedades de grande porte, o que não é o caso da Metrobus.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Investimentos	51	51
Imobilizado	<u>14.359</u>	<u>15.517</u>
	<b>14.359</b>	<b>15.568</b>

### 10 - Fornecedores

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores no país	<u>766</u>	<u>870</u>

Em conformidade com o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, a Administração da Companhia avaliou os saldos de fornecedores na data-base de 31 de dezembro de 2025, com o objetivo de identificar a existência de efeitos relevantes decorrentes do ajuste a valor presente.

Com base na análise realizada, concluiu-se que os referidos saldos não apresentam efeitos materiais que justifiquem o reconhecimento de ajuste a valor presente nas demonstrações contábeis do exercício de 2025.

### 11 – Salários e encargos sociais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
--	-------------	-------------

## Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INSS	819	-
Salários a pagar	692	25
Provisão de férias	5.784	5.003
	<u>7.295</u>	<u>5.028</u>

### 12 – Impostos e contribuição a recolher

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Circulante</b>		
COFINS/PIS	1	1
INSS DESONERAÇÃO/FOLHA		139
IRRF DIVERSOS / FOLHA (a)	829	5
ISS RETENÇÃO SERVIÇOS	107	26
Outros Impostos e contribuições a recolher(d)	98	25
	<u>1.035</u>	<u>196</u>

A Companhia mantém seus tributos devidamente regularizados. O saldo de impostos a recolher refere-se, substancialmente, às retenções efetuadas sobre notas de prestação de serviços, bem como aos tributos apurados na competência de dezembro de 2025, com recolhimento previsto para janeiro de 2026.

### 13 – Contas a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Acordos Judiciais(a)	1.943	3.587
CIA Metropolitana de Transportes(b)	4.567	1.683
Saneago (c)	89	1.072
	<u>6.599</u>	<u>6.342</u>

- a) Com a celebração do acordo judicial no âmbito de ação cível com a empresa Escudo Vigilância e Segurança Ltda., o que resultou na redução do saldo desta rubrica, em decorrência dos pagamentos efetuados no período.
- b) Foi celebrado acordo relevante junto à CMTC, implicando a necessidade de complementação de valores superiores aos anteriormente provisionados para

## Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contingências.

c) Houve a baixa dos saldos a pagar junto à Saneago, em razão de acordo firmado, cujo cumprimento vem ocorrendo regularmente, e a devida quitação do acordo em janeiro/2026.

### 14 – Não Circulante

#### Contingências

Com base nas avaliações de probabilidade de êxito fornecidas pelos assessores jurídicos, bem como nas análises realizadas pela Administração da Companhia, foi constituída provisão em montante considerado suficiente para fazer face às perdas prováveis decorrentes do desfecho das ações judiciais em curso, conforme demonstrado a seguir:

	2025		2024	
	Prognóstico de perda provável	Depósitos judiciais	Contingências líquidas depósitos judiciais	Contingências líquidas depósitos judiciais
Cíveis	1.636	3.464	-1.828	1.483
Trabalhistas	5.114	67	5.047	4.627
Tributário	9.733	338	9.395	9.395
	<b>16.483</b>	<b>3.869</b>	<b>12.614</b>	<b>15.506</b>

Ocorreram depósito em garantias referente processos trabalhistas no ano de 2025, no valor de R\$ 3.869 Mil, as demais rubricas ficaram inalteradas, prevalecendo os valores contantes no relatório de contingências jurídicas.

A movimentação da provisão para perdas prováveis é como segue:

	2024				2025			
	Inicial	Transf.	Adições	Final	Inicial	Transf.	Adições	Final
Cíveis	5.608	-	-4125	1.483	1.483	-	153	1.636
Trabalhistas	4.510	-	117	4.627	4.627	-	487	5.114
Tributários	9.395	-	-	9.395	9.395	-	338	9.733
	<b>19.513</b>	<b>-</b>	<b>4.008</b>	<b>15.505</b>	<b>15.505</b>	<b>-</b>	<b>978</b>	<b>16.483</b>

## Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 15 - Impostos e contribuição a recolher

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Parcelamento PGFN LEI 11.941 (a)	2.920	2.801
Parcelamento PGFN LEI 12.996/14 (a)	3.864	3.737
Parcelamento convencional INSS	-	-
	<u><b>6.784</b></u>	<u><b>6.538</b></u>

- (a) Em 2017, a Companhia aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) nos termos da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017, com o objetivo de inclusão e liquidação dos débitos inscritos na Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, mediante benefícios com redução de juros, multas e encargos legais, bem como utilização de créditos e prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido.

Na data da consolidação, em decorrência de problemas no sistema eletrônico de dados da PGFN, os débitos da Companhia junto a PGFN não foram consolidados. A Administração tomou as providências para que ocorresse a consolidação de forma manual, mediante pedido administrativo enviado para a PGFN.

No decorrer do exercício a PGFN excluiu nosso parcelamento, mediante audiência com procurador da PGFN, o parcelamento do PERT, retornou a fase de consolidação, estamos aguardando o desfecho final, e até o presente momento, o órgão alegava não possuir mecanismos para efetuar a consolidação dos débitos, inclusive fomos notificados a negociar os débitos pendentes, referente a 2º parcela com vencimento em agosto de 2017, sob pena de perder os benefícios da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017, sendo esta parcela cobrada indevidamente, que encontra sob Júdice.

Fizemos o recolhimento do saldo remanescente do pedágio dos 5%, e que o restante será pago com prejuízo fiscal em uma única parcela.

### 16 – Contas a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Processo cível (Empresa Escudo)	-	<u>2.087</u>

Em decorrência do acordo judicial firmado com a empresa Escudo Vigilância e Segurança Ltda., o respectivo montante foi reclassificado para o passivo circulante no exercício de 2025, em função do vencimento no curto prazo.

### 17 – Patrimônio Líquido

## Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Capital Social	221.702	221.702
	<u>221.702</u>	<u>221.702</u>

### (a) Capital autorizado

A Companhia estava autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 224.493 mil, mediante deliberação do Conselho de Administração, correspondente à emissão de até 224.493 ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

O prazo para integralização, inicialmente fixado em 25/01/2018, foi prorrogado até 25/01/2020. Em razão da não integralização, foi estornado o montante de R\$ 2.790 mil da conta de Capital Social a Realizar.

Ressalta-se que esta foi a última deliberação de aumento de capital da Companhia até o encerramento do exercício de 2025.

### (b) Capital subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 221.702 Milhões.

## Composição das contas de resultado

### 18 - Receita líquida de vendas de serviços

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Transporte urbano Operação (18- a1)	55.129	44.732
Permissionários	577	877
Receita de Subvenção (18-a2)	57.611	57.126
Outras	125	290
Deduções de Venda de Serviços	(846)	(699)
Receita líquida de venda de serviços	<u>112.596</u>	<u>102.326</u>

### (a) Receita Bruta de Vendas de serviços Operacional

## Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Eixo anhanguera	156	128
Sistema de vale transporte	26.043	23.240
Sistema de passe escolar	3.375	-
Subvenção Econômica Lei Estadual 20.733/2020 (a2)	57.611	57.126
Complemento tarifário cidades do entorno e estado (a1)	36.264	27.572
Desvinculação da Receita	(15.388)	(7.072)
Adicional Complemento tarifário	4.911	866
Permissionários	577	1.303
Desvinculação Receita Permissionários	(146)	(403)
Venda de sucatas	38	59
Desvinculação venda sucatas	(11)	(24)
Outras Receitas	107	230
	<b>113.483</b>	<b>103.025</b>

### (a1) Receita Tarifa Complemento Tarifário

A Lei Complementar nº 169 instituiu o complemento tarifário a partir de maio de 2022, disciplinando o funcionamento da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo de Goiânia, posteriormente alterada pela Lei Complementar nº 171, de 29 de dezembro de 2021.

Os serviços são operados conforme a participação de cada ente federativo no sistema, sendo a apuração da bilhetagem realizada pelo consórcio RedeMob, com base na quantidade de usuários transportados. Os valores a receber são faturados à CMTC (Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo), responsável pelo recebimento dos recursos junto aos entes participantes — Estado de Goiás e os Municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Goianira e Trindade, e posterior repasse às concessionárias.

No exercício de 2025, a Estatal Metrobus emitiu faturas à CMTC no montante de R\$ 36.264 mil, tendo sido registrada a desvinculação de receita no valor de R\$ 15.388 mil no mesmo período.

### (a2) Receita de Subvenção

A Companhia recebeu recursos de subvenção econômica do Tesouro Estadual, valor líquido na ordem de R\$ **57.611 Milhões**, para complementar o custeio da operação da companhia.

A Lei 20.733 autorizou o poder executivo a conceder subvenção econômica a favor da Companhia para cobertura do déficit de manutenção e cobertura das despesas com pessoal e custeio, fazendo com que a empresa pudesse operar no sistema do eixo anhanguera.

### (18-b) Custos dos serviços Prestados

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Trafego	(64.268)	(49.816)
Manutenção	(24.793)	(21.526)
Setransp	(2.364)	(2.285)

## Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>(91.425)</b>	<b>(73.627)</b>
<b>(18-b1)Trafego</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Pessoal	(20.548)	(20.634)
Materiais	(20.056)	(16.256)
Depreciação	(2.285)	(4.928)
Serviços de Terceiros	(6.188)	(4.740)
Consórcio REDMOB	(6.850)	(5.542)
	<b>(55.927)</b>	<b>(52.100)</b>

### **(18-b2) Despesas administrativas**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Salários, encargos Sociais e outras	(14.154)	(11.850)
Contingências Cíveis e Trabalhistas (b2.1)	(3.364)	(4.268)
Indenizações (b2.2)	(0,00)	(8.849)
Materiais diversos	(1.234)	(985)
Serviços de terceiros	(2.248)	(2.790)
Perdas no recebimento de créditos	(149)	( 1)
Despesas tributárias	(1.461)	(1.112)
Recuperação de despesas (b2.3)	(85)	(4.368)
Reversão de despesas (b2.4)	1.926	2.132
Desvinculação de receita estadual (b2.5)	(222)	(6.224)
	<b>20.991</b>	<b>38.315</b>

#### **(b2.1) Contingências Cíveis e Trabalhistas**

Verificou-se redução nas contingências cíveis e trabalhistas, em decorrência da baixa de processos judiciais no período.

#### **(b2.2) Indenizações**

No exercício de 2025, não houve registro de indenizações. Dessa forma, o saldo da rubrica "Indenizações", no montante de R\$ 8.849 mil, refere-se integralmente ao exercício de 2024, não tendo apresentado movimentação no período.

#### **Recuperação de despesas (b2.3)**

## **Metrobus Transporte Coletivo S/A**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

No exercício de 2025, não foram celebrados acordos no âmbito do Plano de Socorro Emergencial, o que resultou em redução significativa do saldo no período.

### **Reversão de despesas (b2.4)**

Ocorreram reversões de despesas relacionadas a contingências cíveis e trabalhistas, conforme relatório jurídico, em razão de provisões constituídas a maior, posteriormente ajustadas.

### **Desvinculação de receita estadual (b2.5)**

No exercício de 2025, não houve contingenciamento de receitas próprias pelo Tesouro Estadual, somente as retenções do período relativas à DRE (Desvinculação de Receitas Estadual), em conformidade com a regulamentação vigente.

### **(18-b3) Receitas/Despesas financeiras**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Outras Despesas financeiras	(272)	(536)
Outras Receitas financeiras	683	1.293
	<b>411</b>	<b>757</b>

### **19 - Receitas/Despesas não operacionais**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Despesas Pessoal Cedidos (19-a)	(29.108)	(27.202)
Alienação Bens (Lucro/Prej. Venda de Imobilizado) (19-b)	484	(1.554)
Receita subvenção pessoal. Cedidos (19-c)	28.597	27.320
	<b>(27)</b>	<b>(1.436)</b>

19-a) Despesas com os funcionários a disposição (Cedidos), são em função dos dispêndios ocorridos a partir de outubro/2023 gerou um custo de 29.108 Mil, porém os mesmos encontram-se à disposição de outros órgãos do Estado de Goiás, mas com ônus da despesa da estatal Metrobus.

19-b) Foram registradas perdas decorrentes da venda de bens e da baixa de itens do ativo imobilizado como sucata, resultando em prejuízo no montante de R\$ 484 mil..

19-c) Recursos recebidos de subvenção econômica, foram gastos com folha de pagamentos dos funcionários contratados pela Metrobus Transporte Coletivo S.A, os quais se encontra a disposição de órgãos do Estado, mas que os vencimentos dos mesmo são recebidos na empresa de origem, ficando apenas as gratificações de função desses colaboradores a cargo da empresa, que os

## Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mesmos estão à disposição de outros órgãos.

### Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalência de caixa, contas a receber e contas a pagar fornecedores.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria. Demonstramos:

#### Ativos financeiros

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5.731	5.148
Contas a receber	16.898	12.765
	<u><b>22.629</b></u>	<u><b>17.913</b></u>

#### Passivos financeiros

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores	766	870
Contas a pagar	6.599	6.392
	<u><b>7.365</b></u>	<u><b>7.262</b></u>

### 20 (a) Instrumentos Financeiros:

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos valores justos.

#### (a) Gerenciamento de riscos:

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

(a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em função de realização e liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente

## **Metrobus Transporte Coletivo S/A**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

pela área de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa, advindo da subvenção econômica, quando necessária, seja suficiente para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

### **Impactos econômicos -financeiros – prestação de serviços considerado essencial**

A atividade operacional da Companhia é considerada essencial, portanto, continua operando com a prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros na região de Goiânia e região Metropolitana de Goiânia.

Em atendimento ao CPC 24 – Evento Subsequente, a Administração da Companhia informa que ainda não é possível identificar alteração significativa nas atividades. Portanto, continua permanentemente avaliando a evolução da crise e os impactos que poderão ocorrer para isso, avalia que eventuais ajustes poderão ser necessários no futuro.

A Metrobus Transporte Coletivo S.A. desenvolve ações sociais internas voltadas à promoção do bem-estar, valorização e qualificação de seus colaboradores. Dentre as iniciativas, destacam-se os programas de capacitação contínua, incluindo treinamentos específicos para motoristas voltados à operação de ônibus elétricos, com foco em segurança, eficiência energética e adaptação às novas tecnologias empregadas no sistema de transporte.

Adicionalmente, a Companhia promove o programa “Círculo do Conhecimento”, que consiste em ações estruturadas de compartilhamento de experiências, disseminação de boas práticas e desenvolvimento profissional, contribuindo para o aprimoramento das competências técnicas e comportamentais do quadro funcional.

Essas iniciativas são complementadas por ações de saúde ocupacional, segurança no trabalho e campanhas de conscientização, fortalecendo o clima organizacional e alinhando a gestão de pessoas às diretrizes estratégicas da Companhia, bem como às boas práticas de governança e sustentabilidade.

### **21 - Dependência Econômica e Financeira pelo Controlador Estado de Goiás**

A partir de 2021, a Metrobus passou a ser caracterizada como empresa estatal dependente, em razão do recebimento de recursos financeiros do ente controlador para custeio de despesas com pessoal e demais despesas operacionais, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Em decorrência dessa condição, o Estado de Goiás passou a incluir a Companhia em suas projeções orçamentárias, promovendo sua integração ao orçamento público estadual, nos termos da Lei nº 20.968/2021 e do Decreto nº 9.836/2021, com inclusão no orçamento fiscal.

Nesse contexto, a Companhia implementou adequações em seus sistemas administrativo,

## **Metrobus Transporte Coletivo S/A**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

financeiro e contábil, visando atender às exigências do setor público.

Adicionalmente, a partir de 02 de maio de 2023, a Companhia passou a integrar a Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), nos termos da Lei Complementar nº 121/2015, com a centralização de seus recursos financeiros no Tesouro Estadual.

\*\*\*\*\*

---

Francisco Antônio Caldas de Andrade Pinto  
Diretor Presidente

---

Miguel Elias Hanna  
Diretor Financeiro

---

Valdivino Correia da Silva  
Contador